

JOÃO PAULO II, A *LABOREM EXERCENSE* A TRADIÇÃO: MARCAR PASSO!

Ivan A. MANOEL*

RESUMO: Leitura da Encíclica Laborem Exercens, objetivando compreender, através dos conceitos emitidos por João Paulo II, a postura católica diante dos problemas sociais gerados no processo de compra e venda de força de trabalho e de geração do excedente de trabalho.

UNITERMOS: Doutrina social católica; política católica; João Paulo II; modo de produção.

A doutrina social católica, consignada nos documentos da hierarquia, particularmente nas Cartas Encíclicas dos últimos cento e dez anos, pretende inserir-se no interior da sociedade moderna como um marco divisor entre duas realidades históricas e suas “filosofias” correspondentes, estabelecendo os limites de aceitabilidade de capitalismo e comunismo, principalmente demarcando as fronteiras últimas a que eles podem chegar, e já as atingiram, além das quais situa-se o campo próprio para o estabelecimento do “sistema social cristão”, proposto por essa mesma doutrina.

Interrogar capitalismo e comunismo, desvelando o interior desses dois “sistemas”; demonstrar que seus limites de aceitabilidade são mínimos e mesmo inexistentes; e, por fim, que ultrapassadas essas fronteiras, impõe-se o “sistema cristão” como necessidade social e humana, são os objetivos primeiros desses documentos. Os outros, desdobrando-se desses iniciais, confluem para um, de extrema importância, constituindo-se na elaboração de um programa de reformas a ser aplicado em “toda sociedade humana” objetivando-se a implantação do “sistema desejado”.

Colocando as balizas do presente trabalho nos reinados de Leão XIII e João Paulo II, encontramos aí um longo período

de cem anos, correspondente ao aperfeiçoamento do capitalismo, adentrado em sua fase monopolista, e às revoluções de cunho socialista, equivalendo dizer, as contradições existentes não se limitam mais ao interior de cada nação e nem mesmo ao interior do capitalismo, mas, ganham uma dimensão internacional, cuja característica é a luta entre dois modos de produção, que não podem mais coexistir, pacífica e indefinidamente.

Nesse quadro de tensões sociais, cujo tecido se constitui dessas lutas, a doutrina social católica se arroga o direito, o dever e a competência de apresentar uma via de solução intermediária entre a concentração capitalista e a coletivização comunitária, cujo fundamento deve ser um humanismo que recoloca o Homem no centro das preocupações do processo produtivo, subordinando-o a si.

Desde a *Rerum Novarum* (3) até a *Laborem Exercens* (2) e nessa última em particular, a chave para o entendimento de todo o problema está em compreender o trabalho a que ele foi reduzido na sociedade moderna, especialmente no capitalismo.

João Paulo II, no 90.º aniversário da *Rerum Novarum* (3), comemora essa “magna Carta” dos operários, recolocando os problemas já levantados por Leão XIII, reinterpretando-os à luz das “No-

* Departamento de Ciências da Educação — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — Unesp — 14.800 — Araraquara — SP.

vas” condições sociais, alicerçando suas análises na tradição católica, que atravessou esse longo período reproduzida nos documentos de Pio XI, Pio XII, João XIII, Paulo VI *. Em suma, trata-se de uma leitura dos problemas atuais através da ótica do tradicional magistério católico.

O sentido e o conteúdo desse magistério definem a postura católica em face ao “mundo”. A Igreja concebe-se portadora da Luz, da verdadeira luminosidade da Revelação, cujo objetivo é aclarar as consciências, delineando os verdadeiros caminhos a serem seguidos pelo homem, em sua vida terrena. Intermediadora do Eterno e do espiritual, ela situa-se, portanto, acima e além das vicissitudes temporais, primazia que não pode, em absoluto, ser contestada sob pena de enveredar-se por tortuosos caminhos comprometedores da estabilidade social, e muito além disso, contrário aos planos divinos **.

O magistério é, em última análise, a missão da Igreja: gerar e educar filhos para Deus. É essa missão que, segundo ela, torna-a especialista em humanidade, lhe dá a competência para interpretar a sociedade, não apenas para “coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos” (2:2), mas para encontrar a “gradual solução” para os problemas vivenciados atualmente, conforme as palavras de João Paulo II (2:2). Objetivando o gradualismo, esse Pontífice recoloca o problema do “trabalho humano” no centro das discussões, considerando-o sob duplo aspecto: o trabalho objetivo e o trabalho subjetivo***.

O Pontífice atual visualiza todo o processo produtivo a partir de um prisma “ético-social”**** que, ao decompor o trabalho humano nessas duas “qualidades”, demonstra como eles são partes integrantes do próprio trabalho determinado por Deus, constituindo-se, portanto, numa “dimensão fundamental da existência humana sobre a terra” (2:3).

Na sua qualidade objetiva, ele é entendido como a atividade humana conjugada com a técnica, cuja finalidade última é o domínio sobre a terra. Nesse sentido, a técnica é “indubitavelmente uma aliada do homem” (2:2), porquanto lhe dá as condições de efetivar esse domínio previsto por Deus. Na sua “qualidade” subjetiva, ele é entendido como a atividade humana em relação ao próprio homem e ao plano Divino. Enquanto ser criado à imagem e semelhança de Deus, o Homem é sujeito do próprio trabalho, porque é “uma pessoa, um sujeito consciente e livre, isto é, um sujeito que decide de si mesmo” (2:2).

Essa dimensão do Homem, esse trabalho humano, só pode ser compreendido a partir de princípios de natureza ética — ele, independentemente do seu caráter objetivo, só é compreensível quando não se desloca o Homem de seu centro de referências. Ou nas palavras do atual Pontífice, só se o compreende e se lhe respeitam suas várias finalidades, quando entende-se que o “trabalho é para o Homem e não o Homem para o trabalho”(2:2).

O primado do Homem, que deveria permanecer no centro de todas as preocupações sociais, foi comprometido já à época de Leão XIII, com o desenvolvimento dos pressupostos do liberalismo

* Tornou-se uma tradição na Igreja, comemorar o aniversário da *Rerum Novarum* com a publicação de uma Encíclica tratando os problemas por ela discutidos, a luz das “novas” condições sociais. Pio XI assinou o *Quadragesimo Anno*, João XXIII publicou a *Mater et Magistra* e Paulo VI a *Octagesima Adveniens*.

** A Igreja imagina-se na essência do mundo, na exata medida em que e afastada da direção política da estrutura social finita. Ela busca seu poder fora das conjunturas passageiras “seu centro de efetividade e a consciência do homem, lugar da manifestação do Eterno, impossível de ser alcançada por qualquer ordem humana positiva. O único absoluto reconhecido e a Palavra Divina, e esta se encarna na Igreja que a interpreta segundo os ‘sinais dos tempos’. Toda ordem do mundo que se pretende absoluta, negando a primazia do sagrado e da Igreja, e denunciado por esta como contrária ao plano divino de Salvação dos homens” (4.39).

*** João Paulo II introduz essa distinção metodológica no conceito de trabalho, indicando uma subordinação do sentido objetivo do trabalho (técnica) ao sentido subjetivo (o homem como sujeito do trabalho) demarcando os limites máximos a que pode chegar o domínio das técnicas e das relações comerciais nesse universo (2.2)

**** Este Pontífice, ao determinar o seu instrumental metodológico, evidencia, desde logo, a impossibilidade de aproximação entre a teoria católica e a teoria marxista, e portanto, entre a política católica e a política socialista — a análise materialista das relações sociais são preteridas em favor de uma análise moralista dessas relações

econômico, que passou a entendê-lo como força anônima e mesmo força-de-trabalho, desconhecendo o eixo ético-social que embasa a atividade laboriosa*.

As premissas desse materialismo-liberal, encarnado na liberdade econômica, traziam em si todas as marcas, todas as condições de degradação do trabalho humano. Colocando o lucro como meta de atividade, o liberalismo esquecia-se do Homem enquanto sujeito do trabalho e considerava-o apenas na qualidade de vendedor de trabalho, contrapondo-o ao capitalista, ao “dador” de trabalho**.

Essa contraposição entre “dador” e trabalhador é o centro mesmo da degradação, porquanto quebra a unidade basilar do trabalho, considerado “vocação universal do Homem”***. Oposição imprópria ao plano Divino, essa separação entre capital e trabalho torna-se a matriz geradora de todos os conflitos e tensões sociais, por colocar burgueses e proletários em campos opostos, esquecendo-se que eles, pela natureza mesma do trabalho, devem conjuntamente procurar a harmonia necessária ao bem-estar social. Contraposição tanto mais perniciosa, quanto mais se sabe que ela não tem origem no “processo de produção e nem na estrutura do processo econômico em geral. Esse processo, de fato, manifesta a recíproca compenetração existente entre trabalho e aquilo que se tornou habitual denominar o capital; mostra mesmo o Li-game indissolúvel entre as duas coisas”(2:4).

Em outras palavras, a degradação do trabalho só pode ser atribuída a um desarranjo na ordem social, onde a ética católi-

ca foi comprometida pelas premissas materialistas, em cuja esteira caminham a ganância, o desejo de poder e o egoísmo.

A preocupação de João Paulo II, na *Laborem Exercens* (2) é articular a tradicional “fala” católica com as novidades atuais (eletrônica, informática etc.) renovando esse discurso em seu aspecto exterior e introduzindo novos conceitos, com a finalidade de interpretar o “mundo contemporâneo”. No universo semântico desse Papa e possível recolher os indicadores para a compreensão da fala católica contemporânea. Três conceitos chamam imediatamente a atenção: o trabalho como dimensão universal do Homem; a degradação do trabalho e o conceito de “dador” de trabalho.

Essa Encíclica, ao colocar esses conceitos como “novidades teóricas”, recolhidas no universo social, obscurece o próprio objeto de sua análise, ocultando-o por uma semitransparência — saem de cena o capitalismo e o burguês, substituídos por conceitos genéricos e vagos.

Quando, em 1891, Leão XIII tematizava a contradição entre capital e trabalho, objetivando demonstrar a harmonia necessária entre eles, o centro da discussão era, indubitavelmente, a luta entre burgueses e proletários. Muito embora a ênfase fosse colocada na necessidade do trabalho conjunto de patrões e empregados, buscando extirpar a luta de classes, era reconhecida a existência dessas classes antagonônicas, e a materialização dessa luta, em personagens concretos, permitia reconhecer, no capitalismo, sua condição histórica, mesmo à revelia de seu autor(3:34).

* Observa-se nessa passagem, a forte carga idealista dessa interpretação — o que e chamado degradação do trabalho não se explica como produto do desenvolvimento da maquinofatura, onde o trabalho foi reduzido a condição de trabalho simples, como resultado dos desdobramentos da divisão do trabalho e especialização das tarefas, mas, explicar-se-ia porque ele passou a ser considerado força-de-trabalho Isto e, não se trata de uma degradação historicamente produzida, mas resultado de um rompimento com a ética católica(2 2)

** O conceito de “dador” de trabalho, e um artifício ideológico destinado a apagar das relações sociais a compra e a venda da força-de-trabalho Necessitando demonstrar a natural harmonia entre as classes, a Igreja não pode reconhecê-los como elementos opostos e contraditórios entre si, intermediados por uma relação mercantil Por isso, a única forma de torná-los complementares e descaracterizando-os, fazendo desaparecer a relação comercial que os opõe, transformando o burguês em alguém que dá trabalho, e o proletário em alguém que recebe trabalho(2 5)

*** Ao apresentar o trabalho como vocação universal, a teoria católica pretende a existência de uma atividade laboriosa geral, de todos os homens, independentemente das relações capitalistas Conforme ela, as relações capitalistas são a forma degradada do trabalho, assumida na atual fase histórica, fase materialista e ímpia, que desconhece a dignidade da pessoa humana, reificando-as no processo produtivo(2 3)

Ao longo dos noventa anos que separam essas Encíclicas, as mudanças ocorridas no interior do capitalismo não foram de tal qualidade a justificar uma análise calcada em novos “conceitos teóricos”. A superação da fase concorrencial do capitalismo significa, antes de mais nada, a sua permanência e aperfeiçoamento. Entretanto, o Pontífice atual procura demonstrar em sua Carta, uma “nova” sociedade, um novo tipo de “relacionamento” produtivo, cujo eixo principal é o desenvolvimento da tecnologia. O processo tecnológico que, no capitalismo, é condição de aumento do tempo de trabalho excedente e de sua própria existência, passa, na Encíclica atual, a significar um novo “sistema”.

O ocultamento procedido por João Paulo II alicerça-se exatamente nesses pontos. Quem é o “dador de trabalho?”. O relacionamento de compra e venda de força-de-trabalho vela-se e apresenta-se com uma nova face — a harmonia entre capital e trabalho explica-se porque o capitalista não é mais alguém que compra mercadoria, mas alguém que “dá” trabalho a quem necessita. Por outro lado, o proletário deixa de ser um vendedor para ser alguém que necessita do trabalho para “comer o pão com o suor de seu rosto” (2:4) e encontra na empresa capitalista a possibilidade de trabalhar e cumprir o plano divino.

O prisma “ético-social” desse Papa, além de obscurecer o objeto, deforma-o, reduzindo as relações mercantis capitalistas a uma mera formalidade ética, através da qual se pode cumprir a finalidade do trabalho: dominar a terra e produzir bens sociais.

Ele se recusa, por outro lado, a reconhecer, nos problemas atuais, as contradições básicas do capitalismo. O desconhecimento dessas contradições principia exatamente quando ele apresenta o traba-

lho como uma ética, uma atividade humana que reaproxima e reconduz o homem a Deus. Ou seja, o trabalho é considerado em uma dimensão a-histórica.

Essa antropologia, que entende a universalidade temporal do trabalho, não pode encontrar as causas da “degradação” no âmbito das relações sociais de produção, mas “no pensamento humano” (2:4), porque nele a ruptura entre o capital e trabalho gerou toda uma forma comprometida de encaminhar o processo produtivo, “erro fundamental que se dá quando o trabalho humano é considerado exclusivamente segundo a sua finalidade econômica” (2:4).

Rompido o equilíbrio ético, através do “economicismo materialista”, o trabalho, considerado “força anônima”, foi reduzido à condição de “fator de produção”, destinado a gerar lucro.

Portanto, aí está a “nova forma” de relacionamento entre os homens — uma nova forma em que a técnica ocupa um lugar proeminente, substituindo o trabalho humano, porque ele, enquanto fator de produção, é mais precário que a máquina. E aí também, e por isso, a degradação do trabalho — em lugar da *sua vocação universal dos homens*, a condição de força-de-trabalho; em lugar de uma atividade através da qual o “homem se torna mais homem” (2:3), uma atividade produtora de lucro para o capitalista.

Retirando o burguês e o proletário do centro da discussão, João Paulo II procede a uma dupla inversão. Primeiro, descaracteriza a luta entre as classes, significando dizer que os problemas deixam de ser da sociedade capitalista e passam a ser da “degradação universal do trabalho”. Segundo, reafirmando a tradição que vem desde a *Mater et Magistra*, e seus comentadores, a idéia de que capitalismo e comunismo são apenas “verso e reverso de uma mesma medalha”*. Não se trata,

* A ideia desenvolvida pela Igreja aproxima-se de uma coerência histórica ao afirmar a proximidade entre o liberalismo e o comunismo. Entretanto, dela se afasta quando identifica as razões dessa proximidade. Para ela o comunismo não resulta das contradições capitalistas, tendo no liberalismo uma de suas fases, mas sim origina-se do fato de serem atreus e ímpias as bases teóricas do liberalismo, do qual o comunismo passa a ser uma consequência natural. Em outras palavras, e negado o movimento histórico de superação de uma fase histórica por outra. Veja-se a passagem a seguir.

“Alguns se admirarão vendo o capitalismo sendo atingido pela mesma reprovação que fere o comunismo. E que existe entre ambos, não obstante tudo que os separa, uma afinidade natural e uma relação de causa e efeito” (1 117)

portanto, de procurar as raízes do problema apenas no “âmbito da classe, mas no âmbito mundial das desigualdades e das injustiças; e, como consequência, não apenas a dimensão da classe, mas sim a dimensão mundial das tarefas a assumir na caminhada que há de levar à realização da justiça no mundo contemporâneo” (2:4).

Firmada em sua tradição, a Igreja, através de seu Pastor, muito embora rearticule sua fala às “condições novas”, não abre nenhuma via interpretativa contraposta ao discurso dos últimos cem anos. O Papa atual, compreensivelmente, retoma todo esse discurso, tanto com a preocupação interpretativa, estabelecendo uma teoria a respeito do capitalismo, como recuperando as bases mesmas do “sistema social cristão”, que, embora tenha ocupado o centro das atenções mais recentemente, é tão antigo quanto a própria Igreja, porque a sua fonte, primeira e última é a “... Sagrada Escritura, a começar pelo Livro do Gênesis, e, em particular no Evangelho e nos escritos dos tempos apostólicos” (2:3).

Em outras palavras, não se trata de um documento novo, no sentido de colocar novos problemas e propor novas soluções. Distanciado noventa anos da *Rerum*

Novarum (3) a atual Encíclica recupera-a e a seus sucessores, patenteando a urgente necessidade do “sistema social cristão”.

A constante retomada da posição assumida no fim do século XIX serve de alerta aos contemporâneos: cada “nova” Encíclica “social” é saudada como o “novo” posicionamento católico, que pode, “desta vez”, sacudir definitivamente o mundo das injustiças vivenciadas*. Entretanto, a leitura desses documentos pelos diversos organismos católicos e sua destilação em fórmulas reformistas e organizacionais, afastam do centro da discussão a tecitura do discurso, obscurecendo o fato de a Igreja, constantemente, retomar os fios de uma teoria que atravessa séculos, desde a *Summa Theológica*, naquilo que diz respeito, por exemplo, aos problemas da propriedade privada.

As Encíclicas, efetivamente, não se sucedem no tempo apenas para “coligir” a fala anterior. Além de recuperar o conteúdo e rearticular o discurso, elas confirmam a doutrina tradicional e insistem na sua condição de “única via” para instaurar a “justiça no mundo contemporâneo”, mesmo que para isso tenha que conservar as bases das “injustiças” — a propriedade privada e o trabalho assalariado.

MANOEL, I.A. — John Paul II, the *Laborem Exercens* and the tradition: holding back. *Perspectivas*, São Paulo, 7:75-80 1984.

ABSTRACT: A reading of the encyclical Laborem Exercens, with the scope of interpreting John Paul's II concepts, regarding the catholic position as far as social problems generated by the work force trading are concerned, and the problem of the generation of the surplus labor

KEY-WORDS: Catholic social doctrine; catholic politics; John Paul II; Modes of production

* “O ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio acha a *Laborem Exercens* uma Encíclica importante, capaz de sacudir a Igreja”

Com essa chamada, o *Folhetim* de 27 de setembro de 1981, apresentou uma série de artigos e comentários a Encíclica de João Paulo II, todas elas laborando o sentido de demonstrar a “novidade” da Carta, entendida como um marco divisor de águas. Veja-se por exemplo, o seguinte comentário de D. Angelico Sândalo, no mesmo jornal: “Essa encíclica veio mesmo na hora certa!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GESTEL, C. van, Padre — *A igreja e a questão social*. Rio de Janeiro, Agir, 1956. *Apud*: MESQUITA, L.J., ed. *As encíclicas sociais de João XXIII*. ed. Rio de Janeiro, Liv. J Olympio, 1963. v.1
2. JOÃO PAULO II, Papa — *Laborem Exercens*: sobre o trabalho humano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 set. 1981. (encarte especial).
3. LEÃO XII, Papa — *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1950. 44p.
4. ROMANO, R. — *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo, Kairoz, 1979. 270 p.